

DECLARAÇÃO CONJUNTA PELA SEGURANÇA AMAZÔNICA

Os altos dirigentes de polícia para combate aos crimes ambientais dos países do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, reunidos em Belém no dia 07/08/2023, em reunião paralela à cúpula da Amazônia, com o objetivo de discutir medidas para o combate aos crimes ambientais na região amazônica e intensificar a cooperação, na qual participaram também os altos dirigentes de polícia para combate aos crimes ambientais da França, da Comunidade de Polícias das Américas (AMERIPOL) e da Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL)

Conscientes da importância do compromisso assumido em 03 de Julho de 1978, para a preservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais da Amazônia,

Reconhecendo a necessidade de trabalhar em conjunto para defender a Amazônia contra as ameaças ambientais e criminosas que colocam em risco sua biodiversidade única e sua importância para o equilíbrio climático global.

Compreendendo que é essencial abordar a extração ilegal de bens ambientais e o papel das organizações criminosas que operam tanto na região amazônica quanto nos países de destino desses recursos.

Reafirmam o compromisso em proteger esse importante patrimônio global e a importância de uma abordagem coordenada e colaborativa para proteger a Amazônia e promover a preservação de seus recursos naturais para as futuras gerações.

Aplaudem a iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil para a criação do Centro de Cooperação Policial Internacional para a Amazônia, a ser implementado na cidade brasileira de Manaus/AM pela Polícia Federal do Brasil, reconhecendo sua relevância no fomento à cooperação entre nossas forças policiais. Esse centro será fundamental para o compartilhamento de informações, experiências e melhores práticas, fortalecendo a capacidade de resposta conjunta contra os crimes ambientais na região.

Comprometem-se a intensificar os esforços para investigar e combater as organizações criminosas envolvidas na exploração ilegal da Amazônia e a aplicar rigorosamente as leis ambientais em seus respectivos países.

Ressaltam a importância de que os países de destino dos bens ambientais extraídos ilegalmente se engajem no combate a esses crimes, investigando e responsabilizando as redes criminosas que estimulam tais práticas através do consumo desses bens.

Comprometem-se a se apoiar mutuamente na difusão de conhecimentos e técnicas essenciais para o enfrentamento dos crimes ambientais na Amazônia, reconhecendo que cada nação possui experiências únicas e abordagens inovadoras no combate a essas ameaças, e é fundamental compartilhar esse conhecimento para aprimorar nossas estratégias conjuntas.

Assumem o compromisso de promover a capacitação e o intercâmbio de informações entre as respectivas forças policiais, fortalecendo assim a coletiva habilidade de lidar com os desafios complexos e em constante evolução que a proteção ambiental demanda.

Reconhecem a necessidade do estabelecimento desse foro como um instrumento permanente para a cooperação estratégica contra o crime na região amazônica e de, juntos, construir uma frente unida para preservar a Amazônia e garantir um futuro sustentável para todos.